

***Ménagères, governantes e criadas: distinções entre os trabalhadores domésticos no romance A Intrusa, de Julia Lopes de Almeida.***

Lerice de Castro Garzoni\*

Grande parte da historiografia atual critica a idéia de "transição" do trabalho escravo para o livre, assim como o conseqüente distanciamento das experiências de trabalhadores negros/escravos e brancos/imigrantes. No contato com diferentes documentos, esse modelo explicativo mostrou reiteradas vezes sua insuficiência para lidar com o universo multifacetado das relações de trabalho na virada do século XX (AZEVEDO, 2009: 11-21). Partidário dessa crítica, esse texto emprega o romance *A Intrusa*, da escritora Julia Lopes de Almeida, para discutir algumas das categorizações existentes entre os trabalhadores domésticos e como esses sujeitos articulavam identidades de raça, gênero e classe em suas disputas cotidianas. Analisar os mundos do trabalho doméstico permite, afinal, observar as reconfigurações das relações pessoais no contexto de afirmação do regime republicano no Brasil.

O romance escolhido é particularmente interessante à discussão proposta na medida em que gira em torno da presença de uma governante, a jovem Alice, na casa de um advogado viúvo. A chegada dessa personagem gera uma série de debates sobre como deve ser sua atuação na esfera doméstica, evidenciando os tênues limites existentes entre as funções de dona-de-casa, criada e amante. Além das suspeitas morais que recaem sobre a moça, ela enfrenta a oposição de Feliciano, um criado negro qualificado como "reliquia da família", e de outras mulheres que se julgam com direito de intervir na vida de seu patrão. Uma delas é a Baronesa do Cerro Alegre, mãe da esposa finada, a outra é a senhora Pedrosa, que pretendia promover o casamento do viúvo com sua própria filha. A invisibilidade de Alice ao longo de toda a história, assim como seu desfecho, também abre possibilidades para refletir sobre o papel das esposas e do próprio casamento naquele contexto.

A autora desse romance nasceu em 1862 no Rio de Janeiro, iniciando sua colaboração em jornais com a idade de 19 anos, quando morava na cidade de Campinas. Além de escrever para a imprensa, publicou livros de contos e romances. Como outros

---

\* Doutoranda em História Social pela UNICAMP, bolsista FAPESP.

autores da época, praticamente toda a sua produção literária foi publicada inicialmente em periódicos, antes de receber o formato de livro. *A Intrusa*, por exemplo, apareceu como folhetim do *Jornal do Commercio* no ano de 1905, enquanto a publicação em volume aconteceu três anos mais tarde. Àquela altura, Julia Lopes de Almeida já era uma autora de prestígio e mantinha, ao lado de Carmem Dolores, uma coluna semanal no cotidiano *O Paiz*. Oriunda de uma família abastada e casada, desde 1887, com o escritor português Filinto de Almeida, ela freqüentou as altas rodas sociais e literárias, tendo sido a "escritora mais publicada na Primeira República" (ELEUTÉRIO, 2005: 74).

Há inúmeros trabalhos sobre a trajetória dessa escritora, inclusive sobre a questão dos empregados domésticos em sua obra. A professora de Literatura Sônia Roncador lembra que esse é um tema fundamental em diferentes textos de sua autoria, enfatizando sua presença nas crônicas publicadas no *Livro das Damas e Donzelas* (1906) e no *Livro das Noivas* (1896) e em romances, como *A viúva Simões* (1897), *Memórias de Marta* (1889) e *A Família Medeiros* (1892). Em sua análise, a estudiosa mostra como Julia Lopes de Almeida se apropriou da idéia de que o serviço doméstico seria a "missão" cívica feminina por excelência e, nesse sentido, mobilizou representações literárias das criadas como contraponto para a construção da mulher burguesa ideal, civilizada e civilizadora. A partir dessas considerações, conclui que o sentido da obra da autora estudada seria difundir a importância do trabalho feminino na esfera doméstica (RONCADOR, 2008: 22-9). Especificamente sobre *A Intrusa*, ela afirma:

No romance *A Intrusa*, o trabalho feminino produz igualmente 'milagres'. Após contratar uma governanta branca e bem-educada (Alice Galba) para a administração dos serviços domiciliares (entregues aos caprichos de um criado 'preto ladino', infiel e desleixado), e sobretudo para a educação de sua filha Maria da Glória (que até então vivia sob a tutela dos avós maternos), o viúvo advogado Dr. Argemiro Cláudio de Menezes passa a desfrutar das maravilhas do trabalho de Alice (...). Nota-se nesse romance um contraste entre o paraíso da vida doméstica (como parte da representação apologética do trabalho feminino) e o ambiente público 'encardido' do trabalho masculino. (...) Por um lado, a 'insalubridade' do ambiente de trabalho de Argemiro é contrastada ao espaço higiênico de seu lar ('melhor luz, melhor ar'); por outro, as alusões às 'chicanas', 'mentiras' e traições revelam um ambiente moralmente deteriorado, o que reforça a noção antes discutida do lar como refúgio e, acima de tudo, incubador da civilização (p.70) (RONCADOR, 2008: 69-70)

A interpretação proposta é extremamente pertinente, na medida em que o comportamento de Alice fora apresentado como um modelo a ser seguido pelas leitoras. Da mesma forma, há a contraposição entre público e privado nos termos observados pela estudiosa. Porém, há tensões entre os personagens e suas esferas de atuação que são desconsideradas. Há uma série de desconfianças sobre as origens e as intenções de Alice, sobretudo em relação a sua honestidade, assim como a presença de personagens que articulam o público como extensão do privado em sua atuação na sociedade carioca. O objetivo do presente texto é explorar essas tensões e observar o que elas nos dizem sobre os trabalhadores domésticos naquele contexto histórico. Além disso, busco fazer apontamentos sobre a difusão desses debates e tensões por meio da imprensa, o que compreende a publicação em folhetim do romance, enquetes sobre assuntos específicos e anúncios de emprego.

### *1. Entre uma "reliquia de família" e uma "mulher que se aluga"*

Em *A Intrusa*, a primeira referência a um trabalhador doméstico aparece logo nas primeiras páginas do romance. Argemiro e mais quatro amigos íntimos faziam um jogo de cartas na casa do advogado quando um dos convivas indagou:

- Ó Argemiro, onde arranjaste tu este Feliciano? Perguntou Caldas, mirando o copeiro, um negro de trinta e poucos anos, esgrouviado e bem vestido.

- Na família da minha sogra... é filho da ama da minha mulher.

- Se não fosse reliquia de família pedia-o para mim.

Feliciano servindo a todos como se não tivesse ouvido coisa nenhuma, substituiu por outros os cinzeiros mais repletos e tornou a sair, silenciosamente. (ALMEIDA, 1935: 14)

O interesse de Caldas, amigo de Argemiro, por Feliciano ocorre devido a sua aparência – "esgrouviado e bem vestido" – e sua postura – trabalhava "silenciosamente". Sua indagação nos remete às formas de recrutamento de um trabalhador doméstico – "onde arranjaste?" – assim como o peso da escravidão e das relações pessoais nessas negociações, nas quais a voz do empregado permanece completamente silenciada – "pedia-o para mim". Na conversa, Feliciano é objeto e não sujeito, compondo o cenário como uma peça decorativa.

Sua caracterização nessa cena não condiz, entretanto, com sua atuação ao longo do romance, ao se revelar um criado incompetente e ladrão, que usava de sua condição de "reliquia de família" como garantia de certos privilégios. Afinal, "aprendera a ler na mesma cartilha de sua Iaiá" (p.179) e sabia se portar como "senhor" em relação aos demais criados. Se considerarmos as intenções da autora, podemos concluir que toda a caracterização desse personagem caminha no sentido de criticar figuras como essas e sua permanência no interior do ambiente doméstico. Por outro lado, ainda que essa não seja sua intenção, fala sobre sua presença real naquele momento histórico, assim como de suas possibilidades de ação, isto é, a existência de trabalhadores egressos da escravidão e que sabiam alcançar objetivos próprios dentro da lógica senhorial.

Outra menção ao universo dos trabalhadores domésticos acontece quando o mesmo Caldas, um "solteirão, intermediário de bons negócios", fala sobre sua *ménagère*. Trata-se de uma observação que agrega um duplo sentido a essa categoria: afinal, era uma mulher que lhe fazia a cama, sugerindo que tanto se ocupava dos serviços domésticos de sua residência, quanto de serviços sexuais prestados ao patrão. Ao longo da história, outras falas reforçam a ambigüidade em torno dessa nomenclatura. Ainda nas páginas iniciais do romance, e remetendo à questão de como recrutar empregados domésticos, há a admiração dos convidados quando Argemiro diz que colocou "um anúncio no *Jornal*, pedindo uma moça para tratar da casa de um viúvo só" (p.17). O padre Assunção, seu amigo desde os tempos do colégio, considerava que ele chamava "o perigo para casa", sobretudo porque tinha uma filha jovem que ficaria exposta a convivência com uma desconhecida. Caldas fazia outras prevenções:

Olha que essas madamas trazem anzóis nas saias... Quando menos pensares... estás fígado... E tu que és bom peixe! É uma raça abominável, a das governantas... Verás amanhã que afluência de francesas velhas à tua porta! Feia ou bonita, a mulher é sempre perigosa. Eu deixar-me-ia ficar sossegadinho nos braços do Feliciano. (ALMEIDA, 1935: 18)

Ao perigo de contágio físico e moral destacado pelo padre, Caldas agregava o perigo das mulheres em si, sempre capazes de "fisgar" os homens, sobretudo mulheres subalternas. Tendo em vista as falas anteriores de Caldas, com seu interesse em Feliciano e sua proclamada dependência em relação à *ménagère*, é possível pensar se ele mesmo não era um desses homens tolos, que haviam sido fígados por suas próprias

empregadas e que não sabiam muito bem como lidar com laços que iam muito além da troca de serviços, domésticos ou sexuais, por dinheiro. Afinal, criava-se um vínculo de dependência e, talvez, de carinho, o que poderia colocar sua subalterna numa relativa posição de poder.

Mesmo diante das ressalvas dos amigos, Argemiro elencava vários motivos para justificar sua atitude. Em primeiro lugar, precisava de alguém para administrar a casa e os criados, já que não aturava mais o Feliciano que, certo de sua condição na família, abusava de seus havanas, de suas roupas bordadas, de suas revistas e até de sua carteira, além de trazer a casa em constante desordem. Outra razão era que, desde a morte da esposa, sua filha morava na casa dos avós maternos, em uma chácara nos subúrbios. Argemiro desejava que pudesse desfrutar mais de sua companhia e, para isso, era fundamental ter uma governante em casa, isto é, "uma mulher que não seja boçal como uma criada, mas que não tenha pretensões a outra coisa".

Afinal, o advogado havia prometido à esposa moribunda que não se casaria novamente e isso o colocava em uma situação delicada pois, ainda que não quisesse substituí-la por outra mulher, precisava urgentemente de uma dona-de-casa que fizesse de sua morada um lar. Por meio da visão de Argemiro, apresenta-se a idéia de que apenas uma mulher poderia cuidar corretamente de uma casa. Sua última observação era quanto à idade da sua futura contratada: diferente do que preconizava Caldas, não pretendia que fosse uma velha decadente e pobre, mas "uma mulher que tenha boa vista, bom olfato e bom gosto". Enfim, esperava encontrar, por meio de um anúncio, uma dona-de-casa que fosse jovem e educada. Mas suas demandas pareciam demasiadamente fantasiosas aos seus interlocutores.

A mesma desconfiança tomou conta de sua sogra, a quem carinhosamente chamava de "mamãe", quando lhe comunicou a decisão. Afinal, "uma mulher por anúncio" não tinha as referências devidas, além de ser uma prostituída, algo que a baronesa insinuava sem falar abertamente. Na sua concepção, uma governante respeitável seria uma "mulher idosa e com bons certificados" (p.55). Quanto mais jovem e bonita, maiores as suspeitas que recaíam sobre essa trabalhadora doméstica. Nessa fala, também transparece a questão das relações pessoais no contato e manutenção de empregados, além do prenúncio de outra indagação recorrente ao longo do livro: que

tipo de mulher se sujeitaria a esse serviço? Na visão de Caldas, a necessidade não era uma justificativa em si:

(...) que pode esperar uma mulher que se aluga – por mais que te repugne a expressão, ela é corrente aqui – para tomar conta e governar a casa de um homem só? O teu egoísmo explica-se; tu pagas esse direito; agora a sua sujeição, meu Argemiro, é que não tem duas faces por onde possa ser encarada. Para mim, ela é, única e simplesmente, uma especuladora. (...) só uma pobre se sujeita a tal posição, naturalmente; mas as pobres honestas têm outros meios de ganhar o pão, menos suspeitos e sobretudo menos arriscados... (...) despede a tua governante, ou dá um piparote nestas convenções românticas em que te embaraças e trata-a como toda a gente trata as governantes... (ALMEIDA, 1935: 173-5)

Ainda que roubasse seu patrão, Feliciano era bem menos suspeito do que Alice aos olhos da sociedade, pois ela era uma mulher que arriscava sua honestidade e reputação ao trabalhar na casa de um homem viúvo. Os roubos do Feliciano, por sua vez, estavam dentro do limite do aceitável, tendo em vista sua longa convivência em família. O mistério sobre as origens de Alice e suas intenções só fazia aumentar a prevenção em relação a essa "mulher que se aluga" e que, portanto, não passava de uma especuladora. As convenções românticas a que se referia Caldas era a promessa feita pelo amigo no leito de morte de sua mulher. Na verdade, como o próprio Argemiro admitira em outra ocasião, mantinha-se fiel àquele compromisso sem ser santo, já que não se privava "nem da corte à mulher do salão, nem do abraço à mulher do pecado" (p.32). Suas aventuras, porém, aconteciam fora da esfera doméstica e era contra isso que Caldas argumentava, dizendo que deveria tratar Alice "como toda a gente trata as governantes".

Então, ser governante ou *ménagère* na casa de um homem solteiro ou viúvo implicava na suspeição generalizada do exercício de alguma forma de prostituição? Como constata Cristiana Schettini, comparando experiências de trabalhadoras domésticas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro no final do século XIX, existiam diferentes modalidades de trabalho sexual, não raro conjugado com a atividade doméstica (PEREIRA, 2005: 31). Assim, mesmo que não fossem as experiências mais típicas, não era incomum que algumas mulheres, empregadas como trabalhadoras domésticas prestassem, ao mesmo tempo, serviços sexuais.

Porém, mesmo tendo em vista esse contexto, a governante ou *ménagère* parece contar com um status diferenciado, pois deveria organizar a casa e, inclusive, orientar o trabalho dos demais criados. Ao ocupar o lugar da "dona-de-casa", substituindo uma falecida ou inexistente esposa e agregando às ocupações domésticas a prestação de serviços sexuais, se aproximava muito mais do papel de amante, com certos direitos e prerrogativas no interior da casa, que de algum tipo de prostituta. Mas, se não era uma criada comum, tampouco era uma amante comum, já que desempenhava um papel específico na esfera privada, diferente da "mulher do salão" e da "mulher do pecado". A vida compartilhada também sugere que, ao menos na teoria, deveria existir algum vínculo de exclusividade dessa mulher para com seu patrão. Outra questão que parece diferenciá-la dos demais trabalhadores domésticos é o aspecto racial, sendo uma mulher branca, talvez estrangeira, em um universo no qual a maioria tinha ascendência negra. Era esse o cenário, pleno de desconfianças e ambigüidades, em que a protagonista de *A Intrusa* estava inserida.

## 2. *Nem criada, nem amante, nem esposa?*

Contrariando as previsões de Caldas, Alice foi a única que respondeu ao anúncio do *Jornal*. Com um vestido de lã preta e botinas esfoladas, tortas no calcanhar, ela chegava à casa de Argemiro com um "ar vexado" e parecia corcunda de tão encolhida, além de portar um véu bordado que lhe cobria o rosto. No seu primeiro encontro, Argemiro mal lhe via a face, enquanto explicitava as intencionalidades de seu anúncio:

Antes de mais nada, como estes anúncios reclamando senhoras para casas de viúvos são ambíguos e prestam-se a interpretações pouco airozas, digo-lhe desde já que preciso, para governanta de minha casa, de uma senhora séria, uma senhora honesta, a quem eu possa francamente confiar minha filha, que é uma menina de onze anos. Ela mora fora, mas deverá vir passar de vez em quando alguns dias em minha companhia... (ALMEIDA, 1935: 23)

Ele comenta a ambigüidade existente em torno do anúncio e da demanda para dizer que, contrariando algumas expectativas, procurava uma mulher séria e honesta, sendo que sua função primordial seria receber sua filha. Ao expor suas intenções, buscava evitar mal-entendidos na sua relação com a nova empregada. Mais que isso, para manter a seriedade desse acordo, assim como a honra da própria mulher contratada,

ele lhe propõe que se vejam apenas quando for necessário, ou melhor, que não se vejam nunca. Alice aceita todas as condições apresentadas por seu patrão e passa por uma nova entrevista com o padre Assunção, amigo de Argemiro, antes de assumir definitivamente a função. Na primeira visita da pequena Maria da Graça à casa de seu pai, porém, há a necessidade de prestar novos esclarecimentos sobre a presença, invisível para Argemiro, de Alice:

- Bem, meu amor, gira um pouco pela casa e vai depois fazer companhia à D. Alice...

Feliciano informou:

- Ela está jantando.

- Ela janta na cozinha? – perguntou Glória no tom mais natural do mundo.

- Não, filha; ela tem a sua mesa.

- Então cada criado aqui tem a sua mesa? Lá em casa...

Feliciano riu-se. Argemiro atalhou:

- Não digas mais. D. Alice não é uma criada; representa aqui a dona da casa.

- Tal qual como se fosse mamãe?

Feliciano olhou de esguelha para o patrão.

- Tal qual, não: basta dizer que à D. Alice eu não vejo nunca, e que estava sempre ao pé da tua mãe; mas para manter a ordem da casa e dirigi-la, é como se fosse.

O ciúme da avó relampejava agora nos olhos da neta. Glória olhava para o pai numa atitude de desafio.

(ALMEIDA, 1935: 70)

Acostumada ao convívio com os criados e com uma determinada localização desses sujeitos na geografia da casa e da família, Maria da Glória estranhava, primeiro o fato de Alice não ser como os outros, depois a função que deveria cumprir. O status excepcional da governante a distanciava da criadagem ao mesmo tempo em que a aproximava do papel desempenhado pela mãe da menina, o que enchia Maria da Glória de ciúmes, reproduzindo a própria reação da avó em relação à empregada. Expectador da cena passada entre pai e filha, Feliciano se divertia com as dificuldades de seu patrão em explicar qual era, afinal, o lugar de Alice. A verdade é que o criado perdera muito com a chegada da nova empregada, constando que "fora ela quem o desprestigiara diante dos outros que ele dominara antigamente como senhor", além de tratá-lo "como um inferior, uma máquina de serviço, sempre necessitada de direção" (p.179). O ódio

que passa a sentir por Alice era perpassado pelo ódio que sento dos brancos de maneira geral:

Revoltado contra a natureza que o fizera negro, odiava o branco com o ódio da inveja, que é o mais perene. Criminava Deus pela diferença das raças. Um ente misericordioso não deveria ter feito de dois homens iguais dois seres dessemelhantes. (ALMEIDA, 1935: 179)

A revolta contra a natureza e contra Deus mostra a consciência desse criado de que ser branco era um trunfo naquela sociedade marcada por diferenças sociais naturalizadas. Se não fosse aquela "branca intrometida", ele continuaria ocupar o lugar de organizador da casa, mesmo sendo negro. Mas há um fato que parece passar despercebido aos olhos de Feliciano, mas que é enfatizado recorrentemente pela autora do livro: além da cor da pele, o fato de ser mulher era um dado que contava a favor de Alice no sentido de conferir poder a sua figura no universo doméstico. Como constatou Argemiro ao chegar em casa e sentir as agradáveis mudanças feitas pela governante, "realmente, só as mulheres sabem governar bem uma casa..." (p.59). A mensagem do romance, como argumentou Roncador, era exatamente essa: mostrar que às mulheres cabe o governo do lar. Mas não qualquer mulher, de preferência uma mulher instruída e educada, características reveladas por Alice ao longo do romance.

Além da cor da pele, o que distinguiria visualmente Alice em relação às outras criadas? No que diz respeito à indumentária, seus vestidos eram velhos e suas botinas gastas. Apesar disso, quando dona Pedrosa vai à casa de Argemiro entregar-lhe um presente, aproveitando a ocasião para aproximá-lo da filha, assusta-se com a presença de Alice e, na hora, percebe de que não se tratava de uma criada. Em primeiro lugar, porque havia ouvido que ela dava ordens aos demais empregados, inclusive ao próprio Feliciano. Além disso, ainda que portasse um vestido simples, trazia uma gravatinha azul que, segundo a senhora, lhe dava um ar presunçoso. Alice era uma figura altiva e que sabia se portar, mas essa altivez não fora bem interpretada pela visita, que saiu estupefata da casa:

Ora o ladrão do Argemiro!... Este Rio de Janeiro está perdido! É por isso que ficam tantas moças solteiras... O *ménage*! Já é com um descôco que falam na sua *ménagère*!... Se as mães não tomam sentido, ficam-lhe as filhas em casa... Havemos de defendê-las, custe o que custar...

Ladrões! (...) Desistir de um marido por causa de uma *ménagère*! Tolinha... isto até prova em seu favor... já não cheira à defunta... Depois, essa espécie de mulheres só embarçam (sic) os tolos. Acredita que muitas vezes é a amante quem atira, inconscientemente, um homem para os braços da esposa... (ALMEIDA, 1935: 135-6)

Definitivamente, Alice não era uma criada. Nesse ponto, as concepções de Argemiro e dona Pedrosa convergiam. Porém, para o primeiro, era possível manter uma mulher em casa sem que ela fosse sua amante; era possível, enfim, ter uma governante que, mesmo jovem e bela, trabalhasse exclusivamente para o bom funcionamento da casa e o cuidado de sua filha. Talvez, ele próprio desconfiasse um pouco disso, ao estabelecer que não deveriam se ver nunca. Entretanto, era essa a imagem de um lar familiar e moralizado, assim como a de uma governante honesta, que pretendia mostrar à sociedade.

Enquanto isso, para dona Pedrosa, era evidente que o relacionamento entre patrões e *ménagères* ia muito além da prestação de serviços domésticos em troca de dinheiro. Ela não precisava saber das especificidades do acordo constituído por Alice e Argemiro para ter certeza de que eram amantes. Tanto que, ao saber do acordo de não se verem nunca, a senhora não acreditou e riu. Como destaca Caldas em outro momento, quando sabem que um homem tem uma *ménagère*, "os conceitos são naturais", isto é, "maldosos".

Nesse trecho, também são apresentadas visões opostas sobre a relação entre *ménage* e casamento. Em um primeiro momento, dona Pedrosa se irrita porque, ao empregar uma *ménagère*, Argemiro lhe roubava o lugar que poderia ser da filha. Na sua visão, era por causa dessas trabalhadoras domésticas que havia tantas mulheres solteiras no Rio de Janeiro, isto é, que ficavam nas casas de seus pais e dependiam deles financeiramente, além de serem obrigadas a assumir a triste identidade de "solteironas". Essas observações dialogavam com debates sobre o casamento e sua importância social, cada vez mais recorrentes no alvorecer republicano.

Do ponto de vista legal, o governo provisório estabelecera a separação entre casamento civil e religioso e, no mesmo decreto (n.181 de 24/01/1890), fixara a possibilidade de divórcio. Mas esse divórcio significava a separação indefinida de corpos e bens, não a dissolução do vínculo conjugal, o que impedia que os membros dos casais desfeitos contraíssem novas núpcias. Era por outro tipo de divórcio, com a

dissolução total do vínculo matrimonial, que diversos projetos foram apresentados e discutidos pelos deputados nos primeiros anos republicanos. Um desses projetos data de 1894 e, como há menção ao debate da lei do divórcio no romance, é provavelmente esse o momento em que a história se desenrola. Outra discussão sobre o tema aconteceu em 1907, isto é, depois da publicação do romance em folhetim.

Evidentemente, casais se desfaziam e se recompunham independente das limitações legais, algo comum a diferentes classes sociais. Nesse sentido, dona Pedrosa contava à filha a história de Marianinha Persa, de quem havia sido colega no colégio das irmãs. Segundo ela, "esta senhora é casada com um médico e tem dele não sei quantos filhos... abandonou a família e participou agora a toda a gente o seu casamento com este...", apontando-lhe o homem que ocupava o papel de marido (p.131). Esse histórico vinha acompanhado da recomendação de evitar relações com tal mulher. Então, mesmo que sua decisão tenha acarretado alguns custos sociais, sendo vista como alguém que abandona o lar e os filhos, Marianinha representava a possibilidade de escolha de algumas mulheres, ao recomeçar sua vida ao lado de outro homem.

Na visão de Sinhá, a filha de dona Pedrosa, aquela era uma revelação assustadora. Essa jovem pensava que os laços do matrimônio eram indissolúveis, baseados na "perpetuidade do amor", e que a lei do divórcio, como afirmava seu pai, jamais seria aprovada no Brasil. Para outras jovens, porém, essa realidade não era tão assustadora, pelo contrário. Em 1907, por exemplo, o cotidiano *Correio da Manhã* lançou um concurso indagando a opinião das leitoras sobre o tema. Em agosto daquele ano, após dois meses da publicação de cartas de leitoras, o jornal concluiu que dos 106 votos recebidos, 71 eram favoráveis a uma nova regulamentação do divórcio (*Correio da Manhã*, 18/08/1907, p.1). Nessas cartas, as leitoras discutiam suas próprias experiências, a instabilidade do amor e, sobretudo, a participação feminina naquela sociedade.

Mas, certamente, aquela não era a primeira vez que debates sobre o casamento conduziam a conjecturas sobre o trabalho feminino. Em 1906, por exemplo, *O Paiz* lançara uma enquete, aberta a todos os leitores, perguntando se as mulheres deveriam ser educadas para o casamento ou para se manterem sozinhas (*O Paiz*, 03/04/1906, p.1). Como dona Pedrosa, muitos leitores apresentaram a angustiante percepção de que o número de casamentos decrescia cada vez mais na capital federal, dado que seria

particularmente preocupante às mulheres, que não poderiam contar com o sustento proporcionado pelos maridos. Inúmeros leitores, portanto, empregaram esse argumento para defender uma sólida educação feminina, garantia de que as jovens pudessem desempenhar um trabalho digno caso precisassem viver sozinhas. No romance, o próprio Argemiro apresentava essa concepção e afirmava que "a mulher hoje precisa ser instruída, solidamente instruída" (p.51), ao falar de sua preocupação em relação ao futuro da filha, caso lhe faltasse a proteção dos pais, dos avós e de um eventual marido.

É interessante observar o debate sobre qual seria uma "ocupação digna" para as mulheres. Por um lado, era recorrente a idéia de que deveriam exercer trabalhos relacionados à esfera doméstica ou que constituíssem uma extensão do papel de mãe e esposa, como a função de professora. Essa concepção dialogava com a idéia de que a presença feminina no espaço público precisava ser controlada, sob o risco de serem vítimas de malfeitores e se tornarem mal faladas ou mesmo prostituídas. Por outro lado, não era qualquer ocupação doméstica que poderia ser dignamente exercida.

Nesse sentido, o caso da protagonista do romance analisado parece ser sintomático. Mesmo que Alice tenha sido contratada para representar uma "dona-de-casa", substituindo a mãe de Maria da Glória no trato com os criados e com a própria menina, o fato de estar na casa de um homem viúvo era alvo de ampla suspeição. Afinal, como lembrava Caldas, mesmo que fosse pobre, poderia escolher "outros meios de ganhar o pão, menos suspeitos e, sobretudo, menos arriscados" (p.175). Mas quais? Essa continuava uma questão em aberto, o que também sugere que trabalhadoras pobres estariam invariavelmente sob suspeita de serem desonestas e sexualmente disponíveis.

Se considerarmos a realidade de inúmeras trabalhadoras pobres que, como suas mães e avós, circulavam pelas ruas da cidade, desempenhando diferentes funções para garantir seu sustento e, eventualmente, manter seus filhos, com ou sem a colaboração de esposos, amásios ou companheiros, essas discussões sobre casamento e trabalho feminino na imprensa e na literatura podem soar extremamente distantes desse universo popular. Porém, ainda que fosse comum a presença de trabalhadoras naquele cenário urbano, elas sempre foram vistas com desconfiança, suspeitas de contaminar, física e moralmente, as famílias e a sociedade cariocas. Então, esses debates sobre o trabalho feminino, particularmente aqueles levados a cabo por meio das enquetes, abria a

possibilidade de reflexão sobre esses preceitos, reunindo argumentos alternativos às concepções correntes sobre o trabalho das mulheres em diferentes esferas.

Mas há ainda outro ponto comum a mulheres de diferentes classes sociais no que tange a ligação entre casamento e trabalho. Fossem ricas ou pobres, havia uma expectativa social de que o cuidado da casa era uma tarefa feminina. Casadas ou amasiadas, elas passariam a exercer uma série de tarefas na esfera doméstica que, caso elas não existissem ou morressem, seria desempenhada por outras mulheres pagas para isso. Nas famílias abastadas, seria possível empregar uma governante, enquanto que homens com menos condições financeiras poderiam contratar, de forma eventual, os serviços de uma lavadeira, por exemplo. Ou seja, as esposas deveriam trabalhar gratuitamente. Segundo Anne McClintock, essa organização social, que pressupunha a associação entre privado e feminino, era uma das heranças da teoria liberal clássica que, não só propagou essa idéia, como lhe conferiu a aparência de ser algo natural. (McCLINTOCK, 2003: 81). Essa autora ainda argumenta que a ocultação do trabalho doméstico que, além de não ser pago, deveria ser feito fora das vistas de seus "patrões", foi fundamental para excluir as mulheres, assim como os escravos, os servos e os colonizados, da "individualidade liberal".

Essas considerações nos permitem compreender a outra associação feita por dona Pedrosa entre *ménage* e casamento. Se, por um lado, uma esposa falecida poderia ser substituída por uma *ménagère*, o contrário também era verdade, isto é, uma empregada poderia ser substituída por uma esposa. Dessa forma, o encontro inesperado com Alice na casa do viúvo passava de empecilho a um degrau para que aquela senhora casasse sua própria filha com Argemiro. No romance, há ainda outra cena que merece destaque nessa discussão sobre o papel de Alice, quando essa enfrenta a Baronesa do Cerro Alegre:

- (...) Bem me diziam que a senhora não era apenas uma criada, mas também a amante do Argemiro!

- Enganaram-na. Nem uma, nem outra coisa. (ALMEIDA, 1935: 266)

Rompendo seu silêncio usual, Alice tomava a palavra para falar sobre os termos da relação estabelecida com seu patrão, esclarecendo que não era nem amante, nem criada, contrariando sua interlocutora, que ficava cada vez mais irritada. Na verdade,

essa era uma das poucas cenas ao longo de todo romance em que a governante participava de fato, já que na maioria das vezes havia apenas descrições de suas atuações e de suas palavras, sendo extremamente curtos seus diálogos com outras personagens. Assim, além de evitar a presença de Argemiro, a protagonista também passa quase que despercebida aos leitores do romance.

Graças aos comentários de outros personagens, porém, Alice se revelava uma moça educada, caridosa, econômica, conhecedora de várias línguas, com habilidades como fazer crochê, tocar piano, cuidar de crianças e coordenar os empregados. Por ter essas características, mantendo o lar impecável e ajudando na educação de Maria da Glória, ela havia conquistado Argemiro, apesar de sua invisibilidade – ou justamente por isso, indício de sua adequação ao universo doméstico. Essa seria, aliás, a mensagem da autora às jovens ansiosas por contraírem matrimônio: elas deveriam ser instruídas com o objetivo de desempenhar suas funções domésticas e não incomodarem seus maridos. Como Alice, elas poderiam chegar ao papel de esposas, gozando de um status social específico, mas não com menos responsabilidades ou trabalhos do que os de uma governante.

### *3. Mulheres-governantes entre o lar e a política*

Além de ser uma mensagem às moças casadouras, o livro também apresentava uma espécie de tratado sobre como deveria ser a governante ideal. Alguns quesitos eram bastante controversos, como idade, aparência, nacionalidade e honestidade. Por outro lado, parecia haver um consenso entre as personagens de que ela deveria ser uma mulher branca, instruída e saudável. Alice reunia, portanto, as características básicas de uma governante ideal, assim como da mulher burguesa ideal, cuja esfera de atuação limitava-se basicamente à esfera privada. Mas, ao longo do livro, somos apresentados a outras mulheres, com perfis aristocráticos ou burgueses, cujas ações extrapolam a domesticidade, influenciando a ordem de lares alheios e mesmo da política nacional. Antes de concluirmos, gostaria que vislumbrássemos o retrato dessas mulheres-governantes, que controlavam a vida e carreira de seus maridos. Nesse sentido, vale observar o que Argemiro diz sobre a resistência de sua sogra em sair de uma localidade suburbana:

Minha sogra tem razão; ela vive como uma abadessa de convento rico; tem prestígio por toda aquela redondeza que nem calculas... Muito boa, muito esmoler, é centro de uma população de pobres de famílias que, se não dependem dela materialmente, acostumaram-se a sua tutela moral e não a dispensam. (ALMEIDA, 1935: 41)

Esse é o retrato da Baronesa. Ela não era apenas uma alma caridosa, papel esperado de uma mulher, mas uma influência moral na região em que habitava. O mesmo acontecia dentro de sua própria casa, onde fica clara sua ascendência sobre o marido. Quando ela decide, por exemplo, se mudar para a casa de Argemiro, o marido se opõe. Entre os motivos do marido para ficar na chácara estava o seu trabalho de botânico. Ainda assim, o Barão se submete à decisão da esposa, apesar de todas as contrariedades. O mesmo acontece quando ela briga com Alice. O Barão pensa em intervir, por considerar a postura de sua esposa injusta, mas "não a interrompeu, temendo exacerbá-la com as suas ponderações" (p.268). Com todo esse poder na família e sobre agregados, não era de admirar que a Baronesa quisesse intervir nas escolhas de seu genro. Apesar de não ter sucesso nessa última empreitada, tentando convencer a todos de que Alice agia segundo um "cálculo" (p.257), ela lutou bravamente para manter sua posição e o controle sobre a situação.

Outra mulher que buscava conduzir as situações segundo suas vontades era a dona Pedrosa. Apesar de ser referida apenas pelo nome do marido, desde o início há a imagem de uma mulher dominadora, como fica evidente na contraposição a seguir:

O Pedrosa almejava a pasta da fazenda; andava na ocasião ostentando pelos jornais grandes artigos financeiros, coalhados de algarismos encarreirados como formigas por entre a segura sábia da fraseologia. Ah! Como esses artigos espantavam uns e espicaçavam a maledicência de outros, que os atribuíam ao Benedito Lemos, um boêmio inteligente como o diabo e bêbado como um gambá.

Ele, o Pedrosa adulava agora o Sebrão e o Conselheiro Isaías, ambos comensais e amigos do Presidente da República.

Era um homem arguto.

A esposa, baixa, trefega, de um moreno pálido sob o qual se via arder uma alma ambiciosa, instigava-o a ir ao encontro das posições aparatosas da alta política. Vingava-se do Destino a ter feito mulher, conservando-se moça através dos quarenta anos. Não era bonita, mas a sua expressão de desafio, que agradava aos homens e irritava as mulheres, tornava-a talvez um tanto

original. Gostava de impor sua autoridade. Para o Argemiro era de tão carinhoso acolhimento, que ele trabalhava por penetrar-lhe as intenções. (ALMEIDA, 1935: 35-6).

Tendo em vista sua falta de habilidade para o cargo que pretendia ocupar, o Pedrosa era um homem arguto por seguir o caminho da adulação como forma de ascensão política. Sua mulher não só instigava-o como também participava dessa busca por "posições aparatosas da alta política". Por isso, é possível supor que não se vingava apenas da natureza, que havia lhe feito mulher, mas das limitações sociais colocadas às pessoas de seu sexo. Afinal, se ela própria não poderia participar abertamente da política, o fazia por meio de uma série de estratégias e do estabelecimento de relações pessoais. Era o que ela explicava a filha, em outra ocasião, mostrando que fora a principal responsável por toda a carreira de seu marido:

Quando me casei, teu pai não passava de um advogado pobre... Quem o lançou na política? Fui eu. Quem o levou para a sua eleição deputado e que maior número de votos alcançou? Fui eu. Quem o levou pela primeira vez ao paço de Suas Majestades? Fui eu, e tinha apenas vinte e dois anos!... Quem, depois de proclamada a República, o persuadiu de aderir e lhe arranhou uma cadeira no Senado? Eu. Quem o fez ministro agora? Eu. Eu sempre, servindo-me destas estratégias, aproveitando todas as ocasiões e todas as simpatias, obsequiando um dia para insinuar no outro uma proteção que parecesse vir espontaneamente; realçando os méritos de teu pai, quer de espírito quer de coração, seguindo-o como um cão de caça segue o caçador, através de todos os perigos, corajosamente. (...) Casei por amor, mas também por ver em teu pai um homem de altas tendências. As mulheres são mais ambiciosas e mais ativas. Homem que casar com mulher acomodada, está perdido (ALMEIDA, 1935: 124-5).

Por ter participação tão ativa em todas as essas conquistas, em um momento o próprio narrador da história se refere a ela como "a ministra" (p.132). Da mesma forma, por querer garantir o futuro da filha, arma várias ocasiões para despertar o interesse de Argemiro pela jovem, sempre de forma velada. Em um desses encontros, quando mãe e filha fazem uma visita ao escritório do advogado, a Pedrosa busca conduzir a atenção do senhor. Então, quando constata que falta assunto, ela passa a falar de política, acertando no "ponto de fascinação" (p.83).

Do amor à política e vice-versa, era incontestável sua habilidade para manipular as pessoas a fim de alcançar objetivos próprios. Nem sempre tinha sucesso, já que não

conseguiu casar a filha como gostaria, mas isso era compensado por uma atuação exemplar em outros ramos de atuação, como a vida do marido. Nesse último trecho, também é interessante explorar a metáfora da caça. Afinal, em outro momento do romance, o Pedrosa conta seu enorme fracasso em uma caçada feita com os amigos, o que um de seus interlocutores compara a sua falta de aptidão para política (pp.156-8). Ao contrapor a fala e o relato do episódio, fica claro que era a mulher quem ocupava o papel de caçador, enquanto o Pedrosa apenas a acompanhava como um cachorro fiel.

Feitas as descrições dessas mulheres-governantes, que passam do privado ao público de forma sutil e estratégica, fica a pergunta da razão que motivou a autora a incluí-las no livro. Em parte, há uma crítica a essas senhoras, destacando o que tinham de odioso e antiquado. Talvez a intenção fosse justamente mostrar seu contraste em relação a Alice, essa sim digna de todos os elogios. Mas, mesmo ao criticá-las, falava de suas conquistas e realizações, mostrando uma realidade muito mais complexa do que os ditames sociais, baseados na oposição entre público e privado, permitiriam vislumbrar.

#### *4. Uma protagonista sem ação?*

Como mencionado anteriormente, chama a atenção o silêncio e a invisibilidade da protagonista ao longo de todo romance. Parte disso pode ser visto como uma estratégia da própria autora, a fim de manter o mistério sobre suas origens e intenções até o final da história. Por outro lado, dialoga com as concepções existentes em torno do trabalho doméstico e sua ocultação. Ainda assim, a ação central em torno da qual gira todo o enredo foi tomada por Alice, que colocou o anúncio no jornal. Recorrer a esse suporte para ofertar sua mão-de-obra pareceu inadequado e extremamente suspeito à maioria das personagens.

Analisando anúncios de jornais de aluguel e venda de escravas no Rio de Janeiro Imperial, Maria Elizabeth Carneiro observa que, além da idade, recorrentes menções a características raciais e étnicas dessas mulheres – manifestadas em expressões sobre a tonalidade da pele como “crioula”, “parda”, “preta” – apareciam associadas a ênfases sobre sua conduta e comportamento (CARNEIRO, 2003: 17). Em anúncios de oferta de trabalho do período republicano, não havia referência à cor da pele, mas a questão da nacionalidade permanece como indicativo das origens raciais e étnicas. Mantinha-se

também a menção às características morais, assim como a incômoda expressão "alugarse", o que reforçava as suspeitas em relação às trabalhadoras.

Mesmo antes da abolição, empregados livres atuavam no contexto doméstico ao lado de trabalhadores escravos. Porém, com o fim da escravidão, houve a necessidade de estabelecer novos pactos entre empregados e patrões, assim como entre os próprios empregados, o que implicou em reapropriações de categorias de gênero, raça e classe na organização do trabalho doméstico no contexto republicano. O fato de a protagonista ter recorrido à imprensa, e não às redes pessoais de referência, para oferecer seus serviços seria um sinal dessas mudanças? Segundo a Baronesa de Cerro Alegre, a "República estragou a nossa terra! Agora qualquer criatura parece digna de confiança" (p.107). Porém, tendo em vista as reações à presença da governante na casa de Argemiro, ficava claro que as desconfianças só faziam aumentar, sobretudo em relação a mulheres como Alice e outras criadas. A contrapartida é que, como a protagonista e outras personagens de Julia Lopes de Almeida, elas não se resignaram ao papel de vítimas.

##### 5. Fontes e Bibliografia

Romance: Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935.

Jornais: *O Paiz; Correio da Manhã*

Azevedo, Elciene [et.al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Carneiro, Maria Elizabeth Ribeiro. "Corpos que nutrem: mulheres procuradas e oferecidas para aluguel e venda na capital da Corte Imperial in. *Em Tempo de Histórias*, n.7, 2003.

Eleutério, Maria de Lourdes. *Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

Graham, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

McClintock, Anne. "Couro imperial. Raça, travestismo e o culto da domesticidade" in *Cadernos Pagu* (20) 2003, pp.8-85.

Pereira, Cristiana Schettini. "Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX" in *Cadernos Pagu* (25), 2005, pp.26-54.

Roncador, Sonia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora UnB, 2008.